

DECRETO N° 2.836/2013

Súmula - Estabelece limitação de empenho no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Celso Benedito da Silva, Prefeito Municipal de Bandeirantes(PR), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, conjugada com o disposto na Lei Municipal nº 3.227/2012, de 04/06/2012, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2013, e ainda, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

Considerando que, a Lei nº 3.243/2012, de 07/11/2012, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2013, no valor de R\$-50.298.296,37 (cinquenta milhões, duzentos e noventa e oito mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), tem seu cronograma de arrecadação e despesas, mensal definido nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, está sendo deficitário,

Considerando a suspensão da receita relativo ao repasse do Imposto de Renda Retido na Fonte, pela Fundação Faculdades "Luiz Meneghel", gerados pelos servidores públicos daquela Fundação, que vinha sendo feito habitualmente por mais de 10 (dez) anos, inclusive, incluídos nos Planos Plurianuais correspondentes aos períodos de 2005/2009 e 2010/2013, que estabelece as metas e prioridades para a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e as LOA,

Considerando que, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, verificado e comprovado, que realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas, devendo os poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, promover limitação de empenho e movimentação financeira, adequando-se a fixação das despesas às receitas realizadas,

Ressaltando que nos termos das legislações aqui invocadas não permitem contingenciamentos às dotações orçamentárias, constantes das rubricas pessoal e encargos sociais, bem como juros e encargos da dívida, amortização da dívida, somente é permitido contingenciamentos às dotações orçamentárias constantes de outras despesas correntes,

DECRETA

Art. 1º - As despesas de custeios e investimentos, excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, dos órgãos da administração direta do Poder Executivo, atendidas com recursos próprios do Tesouro Municipal, ficam limitadas, para os meses de setembro a dezembro de 2013.

Art. 2º - Fica determinado que os órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal deverá ajustar suas contas visando o equilíbrio entre despesas e receitas públicas.

Art. 3º - Para atender ao disposto neste Decreto poderão serem cancelados os empenhos relativos a despesas e ainda não processados, oriundos dos contratos e processos licitatórios:

- I - serviços de publicidade e propaganda dos atos e fatos da Administração Municipal durante o exercício de 2013;
- II - locação de imóveis;
- III - convênios de subvenções sociais;
- IV - pagamento de horas extras e gratificações, exceto com prévia autorização do chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - A Controladoria Interna do Executivo Municipal incumbe zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto, responsabilizando os Secretários Municipais responsáveis por cada unidade orçamentária, dirigentes e demais servidores que praticarem em desacordo com o mesmo, podendo ser adotadas medidas complementares para a correta aplicação do estabelecido neste Decreto.

Art. 5º - Ficam ainda estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle das despesas públicas, sem prejuízos de outras situações análogas.

I - vedação de uso da frota municipal nos finais de semana e dia considerados feriados nacionais, estaduais ou municipais, bem como a sua utilização após às 17h00min, ressalvados os casos emergenciais de saúde, educação e/ou aqueles expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

II - fica vedada a realização de horas extras a todo o quadro de servidores municipais, ressalvados os casos prévios e expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

III - ficam suspensos de forma temporária:

- a) novos investimentos no Município, com exceção dos necessários para o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição Federal nas áreas de educação e saúde e de obras previamente autorizados pelo Prefeito Municipal, bem como aquelas contidas no PPA e LDO;
- b) novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para órgãos federais, estaduais ou municipais;
- c) concessão de novas gratificações;
- d) concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;

IV - contenção de consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas;

V - fica vedada a cessão e/ou locação de veículos para realização de eventos ou viagens de quaisquer natureza em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvados os casos determinados ou autorizados por lei ou avençados em convênio, previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

VI - intensificar o controle de frota oficial de maquinários e veículos, de modo a racionalizar o uso de todo e qualquer veículo dentro da estrita e real necessidade;

VII - suspensão, por tempo indeterminado, de novos eventos que importem em realização de qualquer tipo de despesa para o erário municipal, exceto os de caráter obrigatório, que deverão ser realizados com redução drástica de custos;

VIII - suspensão de novos auxílios para realização de eventos promovidos por quaisquer instituições;

IX - controle e racionalização da aquisição de utilização de materiais de expediente, informática e de utilização de cópias reprográficas.

X - Racionalização do uso de linhas telefônicas fixas e celulares;

Art. 6º - A Controladoria Interna do Executivo Municipal, incumbe zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto, responsabilizando os Secretários Municipais e outros responsáveis por cada unidade orçamentária, para o fiel cumprimento das medidas, podendo ser adotadas alternativas complementares para a correta aplicação do estabelecido neste Decreto.

Art. 7º - As medidas de que trata o presente Decreto, terão vigência até 31 de dezembro de 2013.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em
12 de agosto de 2013.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal